

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v22i39.1188>

NA PARAÍBA NASCEU MARGARIDA(S): experiências situadas e tessituras feministas rurais no Brasil¹

IN PARAÍBA, THE BIRTH OF MARGARIDA(S): Situated Experiences and Rural Feminist Tessituras in Brazil

EN EL ESTADO DE PARAÍBA NACIÓ MARGARIDA(S): Experiencias Situadas y Tejidos Feministas Rurales en Brasil

DAYANE NASCIMENTO SOBREIRA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5351-692X>

Pós-doutoranda PPGH-UFCG.

Campina Grande, Paraíba, Brasil.

dayanesobreira26@gmail.com

Resumo: Este artigo objetiva trazer experiências feministas das Margaridas, mulheres rurais que se inspiram em Margarida Maria Alves, sindicalista paraibana, assassinada em 1983, responsáveis pela maior ação de mulheres da América Latina: a Marcha das Margaridas. Ancoro-me na metodologia da história oral para dar destaque às falas de Margaridas paraibanas entrevistadas durante a ida à 6ª Marcha, realizada em 2019. Nos diálogos teóricos, também, com Scott (1999), Thompson (1987) e outros/as. Entendo que, em movimento, essas mulheres tecem um feminismo rural brasileiro, que se faz, portanto, em marcha, e que as minhas experiências – que partem de meu lugar situado – não se desassociam das aqui narradas.

Palavras-chave: margaridas; feminismo rural brasileiro; experiências.

Abstract: This article aims to bring together the feminist experiences of the Margaridas, rural women who are inspired by Margarida Maria Alves, a trade unionist from Paraíba who was murdered in 1983, and who are responsible for the largest women's action in Latin America: the March of the Margaridas. This work is welded to the methodology of oral history to highlight the speeches of the Paraíba Margaridas interviewed during their trip to the 6th March, in 2019. I also draw on theoretical dialogues with Scott (1999), Thompson (1987) and others. I understand that, in movement, these women weave a Brazilian rural feminism, which is therefore forged on marches, and that my experiences – which come from my own place – are not disassociated from those herein narrated.

Keywords: margaridas; brazilian rural feminism; experiences.

Resumen: Este artículo pretende reunir las experiencias feministas de las Margaridas, mujeres rurales inspiradas en Margarida Maria Alves, sindicalista paraibana asesinada en 1983, responsables por el mayor evento de mujeres de América Latina: la Marcha de las Margaridas. Recorro a la metodología de la historia oral para destacar los discursos de las Margaridas de Paraíba entrevistadas durante su viaje a la 6ª Marcha en 2019. Así como en los diálogos teóricos con Scott (1999), Thompson (1987) y otros. Considero que estas mujeres están tejiendo un feminismo rural brasileño en movimiento, y que mis experiencias – que parten de mi lugar – no están disociadas de las aquí narradas.

Palabras clave: margaridas; feminismo rural brasileño; experiencias.

¹ Artigo submetido à avaliação em julho de 2024 e aprovado para publicação em setembro de 2024.

Ainda sabemos muito pouco sobre a história das mulheres, as nossas ancestrais, especialmente sobre as mulheres rurais. Passei uma vida repetindo que a minha tataravó era vesga, ou seja, que sofria de estrabismo, que tinha um desvio no seu olho direito (o que era motivo de riso na minha inocência de criança) por conclusões tiradas ao visualizar uma foto pintura daquelas de época, dela, Cecília Brandina Sobreira, e meu tataravô, Joaquim Olinto Teixeira de Castro. Refiro-me a aqueles quadros clássicos, os quais ficavam fixados nas salas das casas de interior ao lado das imagens das santas e dos santos protetores, como Santa Clara, Santo Expedito, São Sebastião, ao lado, ainda, de algum calendário do ano – ou, até mesmo, do ano anterior, o que valia muitas vezes era a imagem bonita, de paisagem, com versículos bíblicos, afinal, não se queria apressar o tempo, isso é coisa nossa, de nossa lógica moderna-colonial. A pressa não dita o tempo do interior – ou, pelo menos, não ditava. Com certeza, esse quadro ficava ao lado desses outros, já que venho de uma família, desde sempre, muito católica, igualmente, pouco abastada. Isso me faz pensar que visualizar uma imagem de si naquele contexto era um privilégio de poucos, em um cenário no qual, como nos diz Bertrand Lira (1997), em rico estudo sobre a história da fotografia na Paraíba, até a década de 1920, em cidades do interior, o ato fotográfico ainda era novidade para muitos.

Sou privilegiada em ter uma foto de minha tataravó, o direito à memória sempre e tão renegado a famílias negras, por exemplo. Eu, de família branca de olhos claros de ambas as linhagens, de pai e mãe, entendo as “benesses” da branquitude em coisas simples como essa. Já passou da hora de nós, pessoas brancas, reconhecermos os nossos privilégios, de denunciarmos um histórico pacto narcísico desse não dito (Bento, 2022).

A minha tataravó era natural da região de Alagoa Nova, especificamente Lagoa de Roça, depois Vila Bultrins (hoje, São Sebastião de Lagoa de Roça, após a onda de emancipações políticas de pequenos municípios paraibanos a partir da década de 1960); meu tataravô, da freguesia de São João do Cariry, atualmente, Gurjão (Timbaúba do Gurjão até 1938), no cariri paraibano. Ele, tropeiro, que destoava da história passada e recente de pequenos agricultores em minha família, levava produtos da região do Brejo e Campina Grande para o cariri, mais seco e árido. Talvez, nesse trânsito, tenha conhecido a minha avó Cecília. Eles se casaram na década de 1910, ela, inclusive, já em idade “tardia” para uma mulher à época.

Somente, aos quase 30 anos de idade, em conversa informal com o meu avô Valdemiro, apelidado de Veio, que sempre me trouxe histórias de nossos antepassados, soube

Outros Tempos, vol. 22, n. 39, 2025, p. 135-149. ISSN: 1808-8031

o que realmente houvera com os olhos de minha avó. E escrevo, aqui, embalada, emotivamente, com o conto Olhos d'água, de Conceição Evaristo.

Vem-me, aos ouvidos, uma versão narrada pela própria autora e que se encontra disponível na internet, versão essa que ouvi quando estava morando em Salvador, na Bahia, cursando o doutoramento, e me encontrava distante do meu ninho em um contexto político desafiador (2018), dessas raízes ancestrais que agora evoco. “De que cor eram os olhos de minha mãe?”, embora tivesse nítida em mim essa resposta a lembrar-me do azul da cor de mar da Bahia – o azul do Porto da Barra – que só os olhos de minha mãe tem, eu chorava e de cor úmida ficavam os meus sob um pigmento castanho.

O que houvera com os olhos de minha avó? Isso pareceu ressoar, em mim, com um misto de culpa por ter sido jocosa na infância –um misto de raiva por só ter tido acesso àquela informação naquele momento, outro de indignação, de uma rápida análise interseccional ali com o vovô na varanda da casa dele, a certeza de que a demora por essa informação se devia a um fato endossado por Michelle Perrot (1990), de que pouco sabemos sobre as mulheres, suas vidas e seus rastros. A raiva me impulsionou, inspirada em Audre Lorde (2019), a narrar essas experiências.

Minha avó Cecília tivera o seu olho machucado por um chifre de uma cabra, quando esta se alimentava. Ao tentar prendê-la a uma corda, o animal se assustou, levantou-se ligeira e atingiu o seu olho, que fora perfurado em profundidade. A cabra é um animal muito presente no cariri paraibano, pois adaptado a um ambiente quente, com poucas chuvas. É possível que o leite dessa cabra tenha alimentado o meu bisavó Severino e seus irmãos e irmãs: José, Eliza (que faleceu em virtude de um infarto que teve um dia após ficar noiva em um contexto em que o matrimônio representava o ponto alto da vida de uma mulher) e Manoel, em situações nas quais pouco se tinha para comer, a não ser xique-xique, mandacaru ou cacto, como queira chamar, planta típica do semiárido nordestino e lembrada nas músicas de Luiz Gonzaga. Tratava-se de um contexto de muita mortalidade infantil e materna, de extrema pobreza e, ainda, marcado pelas epidemias de cólera ocorridas no final do século XIX, que atingiram a região e muitas outras da Paraíba.

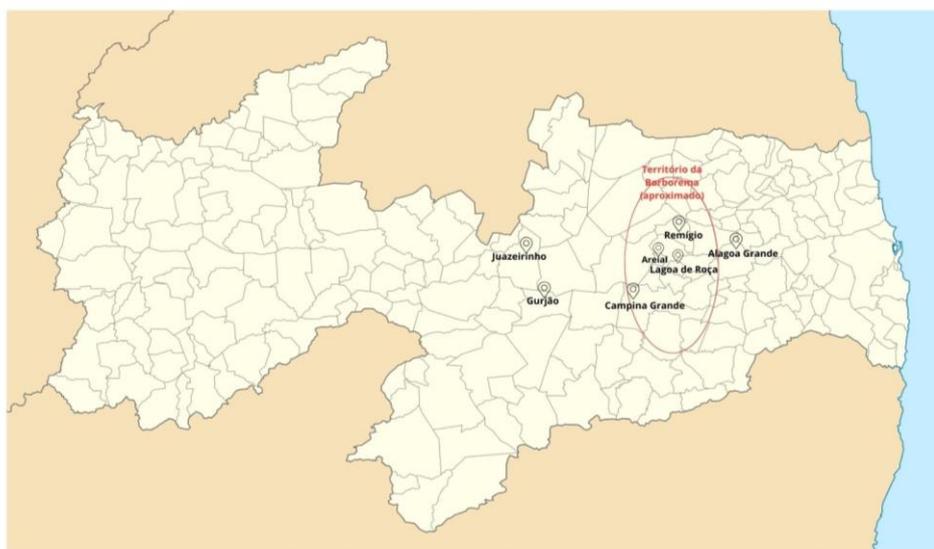
Bem, mas foi falando de minhas experiências e dessa (nossa) história no feminino, ainda pouco conhecida, apesar de esforços significativos nas últimas décadas, que começo esse texto, que intenciona narrar experiências outras e que também são minhas.

Falarei das Margaridas da Paraíba, mulheres que se inspiram em Margarida Maria Alves (sindicalista assassinada em 1983, na cidade de Alagoa Grande) e que marcham, a cada

Outros Tempos, vol. 22, n. 39, 2025, p. 135-149. ISSN: 1808-8031

quatro anos, em direção a Brasília, capital federal, na luta por um mundo melhor. No campo, com as suas experiências, tecem verdadeiras revoluções ao enunciar a força das suas vozes e de um projeto de bem viver. Como disseram Maciazeki-Gomes e Ortuño (2020, p. 4): “[...] o testemunho das narrativas das mulheres trabalhadoras rurais produz [per si] uma marcha-encontro-acontecimento”, no sentido foucaultiano desses termos. As autoras ainda destacam que “[...] a força política de mobilização da Marcha rasga com os estereótipos de previsibilidade, calma, resignação e silêncio, muitas vezes destinados às mulheres no imaginário social” (Maciazeki-Gomes; Ortuño, 2020, p. 4).

Figura 1 – Mapa da Paraíba com sinalização para os municípios mencionados ao longo do texto



Fonte: Paraíba (2024)².

Acerca da experiência, Joan Scott (1999) destaca a potência desse “[...] conhecimento alcançado através da visão” (Scott, 1999, p. 23), que se desvelou primeiro como crítica ao empirismo. Contudo, sinaliza para ressalvas quanto a seu uso, como a abordagem acrítica dessa categoria. “Precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (Scott, 1999, p. 27).

² Mapa adaptado pela autora.

Tal experiência também é mesclada à do/a pesquisador/a em cena –no meu caso, experiências que, igualmente, são minhas, ao estudar a Marcha das Margaridas (a partir de uma pesquisa etnográfica, que resultou na minha tese de doutoramento), que me constituem e que foram constituindo-me nesse processo e que, como diz Edward P. Thompson (1987), articulam a própria identidade de classe em uma mescla de sentimentos subjetivos, estruturais e psicológicos, mas que, diferentemente do que aponta o autor, não ignoram outras posições de sujeito, como a de gênero, por exemplo.

Scott lança críticas à abordagem de Thompson ao destacar o caráter essencializante que a classe assume, homogeneizando outras categorias. Não obstante, como representar as identidades sem essencializá-las? Um caminho possível, para a autora, é por meio da historicização das experiências e da linguagem, “local onde a história é encenada” (Scott, 1995, p. 42).

O surgimento de uma nova identidade não é inevitável ou determinado, não é algo que sempre esteve lá esperando para ser representado, muito menos algo que sempre irá existir na forma que lhe foi dada em um movimento político específico ou em um momento histórico particular (Scott, 1999, p. 15).

Para o caso das sujeitas Margaridas, percebemos uma identidade em construção, marcada, por vezes, por contradições, mas, principalmente, por muitas experiências em comum atravessadas pela condição de mulheres do campo, reforçadas, pleonasticamente, na identidade política das últimas edições da Marcha das Margaridas em mulheres do campo, das águas e das florestas.

Essas mulheres, segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), dirigem 19% dos estabelecimentos agropecuários. Essa situação equivale a um aumento, em relação ao censo de 2006, em que as mulheres representavam 13% do total de produtores. No Brasil, as mulheres constituem maioria nas cidades, estando presentes, em menor proporção, no campo, o que se explica pela baixa expectativa de vida e menor acesso a equipamentos de saúde pública nesses espaços. São economicamente ativas, e os níveis de escolaridade presentes entre as mulheres urbanas ainda não as alcançam na mesma proporção.

Como Scott (1999), entendemos que uma abordagem das experiências não nega o agenciamento dos sujeitos – e sujeitas, mas reconfigura as suas histórias e o próprio papel

do/a pesquisador/a por meio da interrogação dos processos de maquinação, abrindo caminhos para que sejam pensadas as mudanças sociais.

Parto do pressuposto de que não conseguimos estudar a Marcha das Margaridas sem percebermos, também, a dimensão da luta feminista envolta ao movimento. Conversando com mulheres da organização da Marcha, Vilenia Aguiar (2015) elucida que “[...] esse processo proporciona encontros entre mulheres que já trazem uma percepção de feminismo e se identificam como ‘feministas’, e outras que se percebem, se descobrem e se reconhecem como tal no acontecer desses encontros” (Aguiar, 2015, p. 266). A autora comenta ainda:

Uma conversa aqui e outra acolá afirmaram algo que já pulsava nos meus pensamentos: o feminismo era um dos elementos que se articulava discursivamente e produzia efeito no contexto de ação da Marcha das Margaridas. Entretanto, o que me pareceu interessante é que não se trata de um feminismo que possa ser definido em termos de organizações formais, ou que anteceda à própria ação, preexista à ação a partir de um marco conceitual, é um feminismo que, à medida que acolhe outros, se constrói no próprio fazer da Marcha, no seu movimento (Aguiar, 2015, p. 266) (*sic*).

É um feminismo que se faz em movimento. As Margaridas partem do campo material, de suas necessidades mais urgentes e carregam um histórico de lutas cujos pés remetem às lutas de mulheres ainda em contexto de ditadura no Brasil.

As mulheres rurais têm um papel *sui generis* na manutenção da família, dos valores e na sua ressignificação. Como pilares da família camponesa, estão imersas em múltiplas jornadas de trabalho, por vezes ainda invisibilizados, que vão dos afazeres da casa, do quintal, do trato com os filhos até à colheita, coleta e cuidado com os animais, atividades culturalmente configuradas como de menores valores econômico e simbólico. Sobre isso, Maria Ignez Paulilo (2016) nos fala que a categoria de trabalho leve ou pesado varia conforme o sexo do/a trabalhador/a. É nítida, então, uma rígida divisão sexual do trabalho no campo, que maquina relações de poder que terminam por gerar pouco acesso a crédito e a políticas públicas, capacitações e outros fatores, que favorecem a invisibilidade das mulheres e de seus trabalhos. O trabalho pesado é associado à força física dos homens, não à quantidade de afazeres das mulheres, que têm as suas jornadas multiplicadas em termos de carga horária e das responsabilidades.

No começo do século XX, o trabalho de minha tataravó, que a fez perder a visão de um olho, era visto, e ainda o é, como mera ajuda. De minha bisavó, de minha avó, de

Outros Tempos, vol. 22, n. 39, 2025, p. 135-149. ISSN: 1808-8031

minha mãe – esta recentemente aposentada como agricultora, trabalhadora rural, da mesma geração de algumas Margaridas que entrevistamos.

A história é descontínua, e “[...] as relações de trabalho são portadoras das relações de gênero” (Souza-Lobo, 1991, p. 119), assim Elisabeth Souza-Lobo (1991) elucidou a importância da articulação da luta feminista com a luta de classes em um contexto de poucos estudos na área da Sociologia acerca do assunto. Ao demarcar a posição das mulheres na classe operária, trouxe que “[...] as categorias, como o próprio capital, são sexualmente cegas” (Souza-Lobo, 1991, p. 143), alertando-nos para a não homogeneização/universalização das classes. “Não se trata de operários, mas de operárias” (Souza-Lobo, 1991, p. 125), disse; sob essa inspiração, tratamos de sujeitas femininas do campo, do campesinato flexionado em gênero.

Entrevistei algumas mulheres que viajavam comigo de Campina Grande, Paraíba, a Brasília, Distrito Federal, em agosto de 2019, rumo à 6ª Marcha das Margaridas. Atravessávamos um contexto difícil, que exigia também de nós uma travessia até certo ponto silenciosa, estratégica. Caso o ônibus fosse parado na estrada, a orientação que tínhamos era dizer que estávamos indo para Bom Jesus da Lapa, em peregrinação.

A viagem transcorreu bem e foi marcada por muita solidariedade, emoção e alegria. Vivemos momentos de conexão, descontração, mas também outros sérios, compromissados com a espiritualidade, com o cuidado com a próxima e com a luta que nos movia. Um dia, li em algum lugar (e essa passagem foi inspirada no conceito foucaultiano de heterotopias) que, após uma viagem, você já não é mais a mesma pessoa – e isso aconteceu comigo e com toda certeza com todas as outras que experienciavam aquela passagem, aquele estar-sendo. Buscávamos as nossas utopias e, naquele ritual, o nosso corpo em movimento era o seu principal ator (Foucault, 2013).

Nesse ínterim, com o celular, câmera e um caderno em mãos, conversei com algumas mulheres-Margaridas, companheiras de luta e de viagem. Naquele momento, era eu também uma Margarida. E, assim, construíamos aquela experiência juntas.

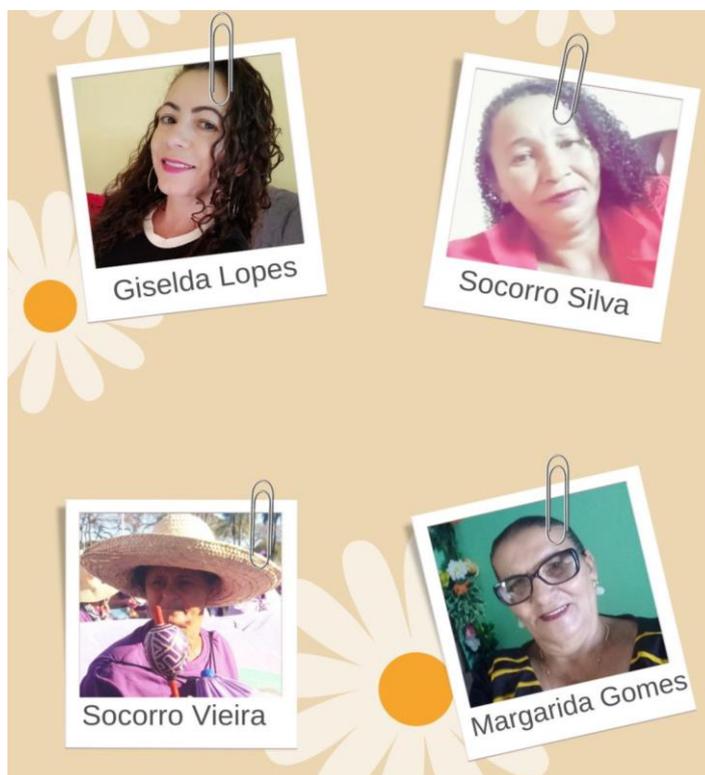
Conversei com Giselda Bezerra Lopes, a qual recorreu ao exemplo do ato de dirigir para aludir a uma explanação sobre o que entende por feminismo. Ela, que é da coordenação do Polo da Borborema, do município de Remígio, mas natural de Juazeirinho-PB, cariri do estado, trouxe o seguinte:

Para mim feminismo é uma mulher que seja liberta, que seja solidário, é autonomia, é liberdade entre as mulheres, é solidariedade porque não basta dizer que só que sou uma mulher feminista, mas eu sou uma mulher feminista se eu luto por justiça social, eu tenho que sair do meu eu e ir para o eu de outras mulheres, ser solidária com a causa de outras mulheres. Então para mim feminismo traz isso, a solidariedade entre nós mulheres e uma sociedade justa entre homens e mulheres entendendo que é a luta de todas as classes sociais. Acho importante a gente entender o feminismo não aquele feminismo individual, não basta só eu dirigir carro, não basta só eu ser universitária, eu ser doutora, eu só falar, assumir um cargo, eu tenho ter autonomia, liberdade para lutar por justiça social, mas eu tenho que ser solidária comigo, com outras mulheres e participar dos movimentos, estar na luta, na rua, lutar por justiça social por mim, por minha mãe, por todas as mulheres de qualquer classe, mulheres de todas as formas (Lopes, 2019)³.

O feminismo, evocado por Giselda, é um plural e coletivo em suas práticas. Entende a Marcha das Margaridas como inspiração nessa luta na busca por um mundo mais humano e liberto. Giselda pareceu ter claro, e já na ponta da língua, a definição do feminismo, o qual acredita ser motor de sua vida. Para outras, como Maria do Socorro Vieira, essa ideia não parecia tão clara assim, embora as suas práticas nos sinalizem outros caminhos possíveis de/na luta não tão simplesmente nomeáveis – e que vêm de longa data, de lutas de mulheres rurais após a década de 1980. Esse feminismo parece ser vivido antes mesmo de ser nomeado. Elas se entendem como feministas na própria luta; é no Marchar, e tomando como inspiração Margarida, que se tornam feministas rurais – ou *Margaridas*, como primeiramente se identificam. Coincidentemente, nome de flor, usada como símbolo, compondo a estética do movimento-ação, junto com camisas e outros adereços na cor lilás.

Não é minha intenção compactar as atuações, práticas e identificações dessas mulheres em categorias estáticas. Essas mulheres nos mostram que as suas necessidades e protagonismos vão além, embora percebamos, também, uma construção que parte da própria Marcha, que reforça e constrói um feminismo das Margaridas dentro desse macrocampo. Há um esforço, portanto, nessa construção, como fica claro em algumas falas da Comissão Nacional e em trecho da *Revista das Margaridas*, publicação da Contag: “[...] como um espaço de denúncia e proposição, ela [a Marcha das Margaridas] apresenta um projeto feminista para o país, realizando o diálogo entre as diversidades, com grande representatividade” (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, 2019, p. 11). São experiências que se fazem, ao que nos lembra novamente Thompson (1987).

³ Os trechos apresentados neste artigo são registros de informações verbais.

Figura 2 – Margaridas entrevistadas

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Maria do Socorro Vieira, de 59 anos, assentada da reforma agrária no município de Campina Grande, esteve muito emocionada durante toda a nossa conversa. Enxugava as lágrimas do rosto e parecia se sentir mais confiante ao falar. Muito devota, mostrou-se grata a Deus e à luta. Tendo ficado viúva aos 25 anos, quando era migrante no Rio de Janeiro, é arrimo de sua família, composta por ela, o neto e a namorada, além da sobrinha, à época com 11 anos. Cuidadosa, cumpriu com as suas obrigações da roça antes de sair em viagem. Revela-nos, ainda, os seus propósitos:

Hoje amanheci o dia catei quatro baldes de feijão verde, ‘quero ninguém dentro do meu roçado para não quebrar as ramas de meu feijão’, agora se eu chegar e encontrar um pé de coentro ou de cebola morto eu vou dar uma pisa em cada um [*Risos*]. Eu fiz a feira, deixei as coisas tudo organizada e vim mim bora, deixei com Deus, né? [...] Nós não somos fracas, nós somos fortes, resistentes, nós somos a maioria, vencedoras, que Jesus é conosco e porque nós não podemos deixar morrer a luta de Margarida Maria Alves. Não pode porque nós somos importantes em nossa sociedade e nós não podemos deixar morrer a luta dela [*Chora*]. [...] Quero mudar este país, porque eu desejo que o nosso país seja um país justo onde todos tenham

direito à casa própria, alimentação, educação, que nós somos um país livre e para isso nós temos que continuar lutando. [...] Não podemos deixar a política só nas mãos dos homens, nós somos mulheres e nós temos os nossos direitos, eu vou nesse propósito (Vieira, 2019).

Atenciosa com o seu roçado e a dinâmica do dia a dia da casa, mostrou-se muito emotiva durante toda a nossa conversa. Havia algo mais ali? Quem era aquela mulher para além do que ela me falava? Essas perguntas giravam na minha cabeça àquele momento, e eu não encontrava explicações tão rápidas ou efêmeras; era algo a se pensar com mais calma. Era com certeza uma mulher forte, que precisou matar muitos leões ao longo da vida vivida entre o Nordeste e o Sudeste do país.

Outra Maria do Socorro, mas de sobrenome Silva, contou-nos um pouco sobre a sua história:

Eu nasci em Areal mesmo, em casa, como sempre as mães antigamente tinham os filhos em casa e até os dez anos vivi em Areal, com dez anos eu fui para o Rio de Janeiro sozinha, sem pai, sem mãe, sem ninguém porque precisei ir que a gente era uma família muito humilde e precisava trabalhar desde cedo para ajudar nossos pais a ajudar nossos irmãos aí fui para o Rio, fiquei lá 14 anos. Nos anos 2000 vim para a Paraíba porque meu pai ficou doente, a minha mãe não tinha condição de cuidar dele sozinha aí eu vim, cheguei, gostei, já não lembrava mais como era minha terra, calmo, que a gente podia caminhar sem medo, podia dormir sossegada, coisa que eu não tinha no Rio. Cheguei, me engajei na luta do Sindicato e continuo até hoje (Silva, 2019).

Aparentemente tímida, Maria do Socorro Silva tecia a sua narrativa com naturalidade, desviando o olhar, mas convicta do que defende e almeja. Ela, que é moradora do Sítio Covão, município de Areal, Paraíba, reside com a filha de 22 anos e a mãe. Pragmática, talvez pelas próprias circunstâncias que a vida lhe impôs desde muito cedo, tem um olhar muito afinado para perceber as estruturas de opressão que a atravessam, inclusive para me falar sobre o feminismo que acredita e no cenário que almeja: de igualdade entre todas as pessoas.

Feminismo para mim é vestir o que quero, andar como eu quero, ser o que eu quero ser e cada um tem seu direito de ser do mesmo jeito sem ninguém criticar porque eu penso assim que o meu direito acaba quando começa o seu. Isso a gente tem que ver e saber que direitos são iguais e cada um é cada

um, sem preconceitos, sem machismo, sem racismo, todo mundo é igual, não tem diferença (Silva, 2019).

Confesso que não achava que a nossa conversa renderia tanto. Diferentemente de outras, como eu, estava sempre muito quieta na viagem, observando as paisagens, ou conversando baixinho com a companheira da poltrona ao lado. Fiquei pensando se ela estava lembrando da vida, de quando saiu de Areial, Paraíba, para o Rio de Janeiro, muito nova e sozinha, aos dez anos de idade, para tentar a vida na intenção de ajudar os seus pais e irmãos. Àquela época, o percurso em direção aos grandes centros também era feito de ônibus.

O deslocar-se, o migrar faz parte da vida do nordestino. Era assim que o meu tataravô, citado lá acima, ganhava a vida e sustentava a família – não sem dificuldades. Do mesmo modo, era e é deslocando-se que essas mulheres buscam melhorias para si e para as outras. Seus pés são asas, e as suas experiências, motores.

Quando a perguntei sobre o que diria a respeito da Marcha, disse:

Eu acho que essa Marcha foi uma benção para a vida das mulheres, é ali que elas entendem que a mulher não tem que ser submissa ao homem, que os direitos são iguais e essa história de homem levantar a mão e bater na mulher ficou no passado, né? Porque a Marcha ensina isso, quem vai à preparação, a gente tá ali direto ouvindo que a mulher não deve calar quando está sendo ameaçada, tem que abrir a boca e denunciar sem medo porque a gente vai ter também alguém para nos proteger, se a gente denunciar a gente tem a proteção das ONGs que protegem a gente e a Marcha acho que é tudo na vida das mulheres camponesas, não só, mas também da cidade. Ela é tudo, ela ensinou a gente a sair daquela zona que a mulher vivia só ali dentro de casa só para lavar, passar, cozinhar, cuidar de filho, de marido, era assim que funcionava. Hoje em dia não, a mulher enfrenta mesmo, eu vou, acabou e pronto. Não tem como ser diferente. Se o homem diz ‘não’, ela tá dizendo ‘eu vou porque os direitos são iguais, eu cuido agora você fique em casa e cuide você porque eu tô indo’. Eu acho que é tudo, a Marcha é tudo (Silva, 2019).

“A Marcha é tudo”; com essa frase, Maria do Socorro nos presenteia com uma observação certa sobre como define a ação, que participa desde longa data. Repete essa frase, que nos fala muito. Percebe as mudanças nas relações entre os gêneros e é irredutível: “nada mais segura as mulheres”!

Importa dizer que, na Paraíba, as mulheres do território da Borborema, no agreste, organizam-se em âmbito local a partir da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, ação da Comissão de Mulheres do Polo Sindical da Borborema. Essa ação está

para o local como a MM está para o nacional. A fala de nossa entrevistada parece subentender essa relação da Marcha do Polo com a Marcha das Margaridas, percebendo esta quase como uma continuidade dos trabalhos desenvolvidos na base, com as mulheres do território. As últimas edições contaram, inclusive, com a presença de lideranças da Comissão Nacional da MM, uma ação grandiosa que já não passa despercebida nacionalmente.

Ambas as marchas são momentos esperados na vida dessas mulheres. São momentos marcantes, vistos como um respiro em meio à vida cotidiana, ainda desafiadora. São resistência e representam a expressão de valores, crenças, lutas e projetos de sociedade enunciados pelas Margaridas.

Um fato curioso, que me ocorreu no momento da pesquisa, foi perceber que, aparentemente, algumas delas (geralmente as de um pouco mais idade), por vezes, não tinham muito claro o que significava “feminismo”, não com todas essas palavras e falsas epifanias que utilizamos – do lado de cá. Foi o caso de Dona Margarida Gomes, também de Areial, Paraíba, que lhe atribui um sentido “contrário” e que trouxe à memória, inclusive, um pouco sobre a sua infância e criação:

Minha filha, essa é uma palavra que nem deveria existir, que eu acho que é tipo um rebaixamento para nossa classe. Talvez nem seja a resposta esse meu pensamento, mas eu vejo como um rebaixamento à nossa classe porque a gente sabe que abaixo de Deus, Deus não separou classe, não separou raça e hoje a gente vê uma sociedade de consumismo, que o ter vale mais do que o ser, eu vejo por esse lado aí, que nem deveria existir essa palavra, existe e nós temos que mostrar que nós somos ser humano, criados a imagem e semelhança de Deus e que jamais como mulher a gente deve baixar nossa cabeça. Eu venho de uma família na casa de meus pais, que eu venho de uma família com 10 mulheres e cinco homens e meu pai eu lembro que ele sentava na mesa e eu lembro que ele tratava a gente por igual, não lembro de ter trabalhos separados não, lá em casa a gente [...] De dizer assim ‘o homem não vai lavar um prato porque é homem’, não tinha isso não, ‘a mulher não limpar mato, a mulher não vai capinar na roça. A mulher vai capinar, por que não?’. Então meu pai criou a gente com uma visão diferente da nossa sociedade hoje (Oliveira, 2019).

Sem vergonha de se expressar e com muita humildade no seu falar, Dona Margarida sabe muito bem e nos ensina sobre feminismo, sobre a sua representação acerca deste, o que nos permite antever a potência de articulação, inclusive teórica dessas sujeitas. E nesses momentos sinto-me pequena e por vezes repetindo práticas canônicas e universalizantes que a Academia se amparou durante muito tempo – e ainda se ampara. Por

Outros Tempos, vol. 22, n. 39, 2025, p. 135-149. ISSN: 1808-8031

que considerar “errada” uma concepção visceral como essa sobre o que é o feminismo? Apegamo-nos, ainda, ao preciosismo do discurso, apesar de tantas des-construções, tecidas nos campos da filosofia e das ciências afins há pelo menos meio século?

Dona Margarida nos trouxe também muito sobre a sua visão de mundo, além de crenças e respeito aos ancestrais. Demonstrou respeito ao seu pai, que pareceu destoar da criação do seu tempo, bem marcada por valores machistas e de masculinidade. A estrutura patriarcal do Nordeste do Brasil, especialmente dos interiores, dos sertões, outrora já fora muito pior, é fato, mas, ainda, galgamos caminhos mais felizes à vida de todas mulheres, e, para o nosso enfoque, das mulheres rurais.

Para tanto, e considerando a potência das falas dessas mulheres captadas por meio da metodologia da história oral, Vânia Vasconcelos (2019), escrevendo sobre rastros de feminismos sertanejos, instiga-nos a pensar que:

Um dos desafios de escrever sobre mulheres sertanejas, ou sobre a existência de práticas feministas nos sertões brasileiros, está em encontrar uma linha de equilíbrio entre enxergá-las para além da condição de meras ‘vítimas do patriarcado’, considerando que há um imaginário construído historicamente que afirma que as hierarquias de gênero nos sertões são mais acentuadas que em outros territórios brasileiros, e/ou colocá-las em um pedestal como mulheres mais revolucionárias e rebeldes que quaisquer outras, pela sua suposta propensão à fortaleza, a um poder da ancestralidade rural. Como não cair nesse dualismo simplista que não dá conta das experiências e complexidade da vida dessas mulheres? (Vasconcelos, 2019, p. 212).

Sigo refletindo a partir dessa inquietação trazida pela autora, jamais pretensa a recair em binarismos e trazendo à baila essas experiências potentes de leitura do mundo e mudança deste. Precisamos, ainda, saber mais acerca de tais experiências, a começar pelas histórias das nossas ancestrais, como a da minha tataravó Cecília, de quem eu pouco sabia até há pouco tempo.

Avó Cecília e sua história de dor, de uma quase cegueira; histórias como da minha bisavó Maria José Sobreira, mulher forte, resiliente, apesar de sua pouca altura e aparência frágil. Lembro de minha bisa fumando um cachimbo ao pé de seu fogão de lenha, em que cozinava as melhores pamonhas, que nos convidava ao reencontro, ao sentar-se à mesa e a comemorar a época da colheita, não só do milho, mas também do feijão por volta do mês de junho. E era época de chuva... O cafezinho, passado por ela, esquentava-nos ao pé daquele fogão. Fogão este em que eram assados os melhores bolinhos de goma (receita de família!). A

Outros Tempos, vol. 22, n. 39, 2025, p. 135-149. ISSN: 1808-8031

minha bisavó Maria José (Martins) Sobreira, que criou os seus irmãos mais novos, após perder a mãe muito cedo, nem o seu sobrenome de origem tinha mais, pois incorporou (como ditava as normas à época) o do meu bisavô Severino, que não era um homem fácil, diga-se de passagem, pois herdou muito do que exigiam as políticas de masculinidade de seu tempo. Conheci os dois em vida; e me sinto, novamente, privilegiada.

Assim, e entendendo (novamente) o meu lugar de privilégio de escrever e ser lida por um público também privilegiado, e sem esquecer que parto de minhas experiências situadas, é que enxergo a potência das trajetórias de vida, de lutas e de resistências dessas mulheres, paraibanas e sertanejas – assim como eu, assim como minhas avós Maria José e Cecília.

Aquele cachimbo que minha avó Maria fumava ao pé do fogão e ouvindo seu rádio na estação AM parecia ser algo só dela, um tempo só seu, em um mundo cruel e machista representava a sua rebeldia cotidiana. E ela era rebelde – como o são as Margaridas –, tendo vivido a sua vida nem tão longe de onde brotou essa história, há pouco mais de 50 km de Alagoa Grande, terra da Margarida primeira. Com o seu vestidinho de bolsos e o cabelo preso de lado por um grampo, era pequena em estatura, mas grande na saudade que deixou... das ausências. Como eu ainda preciso saber dela! Recordo saudosa da minha bisavó.

Referências

AGUIAR, Vilênia Venâncio P. *Somos todas Margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. *Revista da Marcha das Margaridas 2019: 100 mil Margaridas em marcha*. Brasília, DF, 2019.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico: as heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro, 2019. v. 8.

LIRA, Bertrand de Souza. *Fotografia na Paraíba: um inventário dos fotógrafos através do retrato (1850 a 1950)*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997.

Outros Tempos, vol. 22, n. 39, 2025, p. 135-149. ISSN: 1808-8031

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. *In*: LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Belo horizonte: Autêntica, 2019. p. 51-55.

MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; ORTUÑO, Judit Herrera. Devir Margarida: narrativas de si em experienciamentos. *Interface: comunicação, saúde, educação*, Botucatu, n. 24, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/icse/v24/1807-5762-icse-24-e190180.pdf> Acesso em: 4 maio 2024.

PARAÍBA. *In*: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Para%C3%ADba&oldid=68836108>. Acesso em: 17 out. 2024.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *In*: PAULILO, Maria Ignez. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: EDUFSC, 2016. p. 105-115.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 18, p. 9-18, 1989.

SCOTT, Joan W. Experiência. *In*: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (org.). *Falas de gênero: teorias, análise, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VASCONCELOS, Vânia Nara P. Entre a norma e a rebeldia: rastros de feminismos no sertão baiano. *Saeculum*, João Pessoa, n. 41, v. 24, p. 204-216, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/47673> Acesso em: 14 set. 2020.

Entrevistas

LOPES, Maria Giselda Beserra. **Entrevista 1**. [12 ago. 2019]. Ônibus Campina Grande-Brasília, 2019. 1 arquivo. mp3 (28 min.).

OLIVEIRA, Margarida Gomes de. **Entrevista 4**. [11 ago. 2019]. Ônibus Campina Grande-Brasília, 2019. 1 arquivo. mp3 (17 min.).

SILVA, Maria do Socorro. **Entrevista 3**. [12 ago. 2019]. Ônibus Campina Grande-Brasília, 2019. 1 arquivo. mp3 (23 min.).

VIEIRA, Maria do Socorro dos Santos. **Entrevista 2**. [11 ago. 2019]. Ônibus Campina Grande-Brasília, 2019. 1 arquivo. mp3 (18 min.).